

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



JUVENTUDE RURAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL

Gisele Simi Turchetti

Simone Bochi Dorneles

Leonardo Souza

Resumo: A juventude está em debate constante nos espaços rurais, este fato está diretamente relacionado com a questão do êxodo rural, onde o jovem busca atividades profissionais no meio urbano, em virtude da desvalorização da classe que vive nos espaços rurais. Este trabalho visa conhecer o perfil dos jovens do município de São Vicente do Sul, saber de que forma estão inseridos no contexto local, bem como buscar alguns esclarecimentos sobre a estrutura da unidade familiar. O diagnóstico servirá como estudo para a criação de ações a serem desenvolvidas por um Comitê Local, composto por entidades representativas do município e EMATER, para o planejamento e fortalecimento de Políticas Públicas, destinadas a permanência do jovem rural. O levantamento dos dados foi feito através de questionário semiestruturado, para 15 jovens que residem no meio rural. A partir disso, a análise dos dados configurou um perfil de jovens que estão dispostos a permanecer em sua propriedade, dando continuidade as atividades da família. Este fato aponta ao Comitê Local, indicadores para que possam planejar ações para a permanência e desenvolvimento no meio rural do município.

Palavras chaves: Juventude. Jovem Rural. Política Pública.



1 Introdução

A evasão dos espaços rurais, especialmente pelos mais jovens, é um tema de grande preocupação, devido a migrações dos jovens para a cidade em busca de melhores condições e acesso à renda mensal. O êxodo dos jovens da zona rural e as dificuldades de permanecer na propriedade para gerenciar as atividades de seus familiares influenciam, diretamente, a sucessão da agricultura familiar e conseqüentemente, o desenvolvimento rural. Entretanto, quando ocorre esse processo de sucessão, em sua maioria, é o filho homem que assume o espaço de comandante do núcleo familiar, as mulheres jovens vão para a cidade em busca de estudo e trabalho.

O esvaziamento do campo está interligado com diversos fatores, dentre eles a questão da diminuição do sucessor da propriedade. À medida que cresce a mecanização associada a não valorização de produtos oriundos do meio rural, a utilização constante de agrotóxicos prejudicando a saúde dos membros da família, dificulta a continuidade nos estabelecimentos familiares e dos jovens no processo sucessório.

Nesse sentido, a busca para combater processos de evasão dos espaços rurais se torna uma preocupação dos agentes fomentadores de políticas públicas. Essas políticas visam incluir esta população em uma série de programas e ações para potencializar os jovens e encontrar qualidade de vida e renda para sua família.

Diante destas colocações, torna-se indispensável a preocupação dos gestores públicos, movimentos sociais, instituições educacionais e membros da comunidade civil, para inserir estes jovens nas políticas públicas locais que combatam a evasão constante nestes territórios, promovendo a permanência do jovem na unidade familiar e no decorrente processo de sucessão familiar.

Nesse contexto, a preocupação com a minoria dos jovens residindo no meio rural se faz relevante, pois essa investigação possibilita identificar as causas da evasão e a tentativa de combater o êxodo dos jovens nos espaços rurais do município de São Vicente do Sul.

Dessa forma, este estudo tem por objetivo analisar o contexto social, econômico e cultural da juventude rural do município de São Vicente do Sul, visando diagnosticar a realidade vivida, os anseios e dificuldades encontradas pelos jovens do campo, bem como, identificar os jovens que vivem nas comunidades rurais do município.



O artigo está estruturado da seguinte forma: após essa introdução será apresentado o referencial teórico onde serão trazidos os debates recentes em pesquisas sobre a juventude rural e as políticas públicas para os jovens, na sequência será apresentada a metodologia utilizada para construir o diagnóstico e as análises dos resultados, e por fim, as considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 Juventude

As abordagens sobre a temática do jovem, atualmente, impulsionam diversas linhas de pensamento. A situação do jovem, recentemente, vem merecendo produções empíricas e científicas a cerca dos gargalos e potencialidades dos inúmeros campos temáticos e correntes de pensamentos.

Segundo Rocha *apud* Abdala (2006), os jovens constituem 18% da população mundial e destes, 85% vivem em países em desenvolvimento como o Brasil. No país, cerca de 20% da população brasileira é considerada jovem. Segundo a ONU, a classificação que define, no Brasil, a juventude, tem a faixa etária compreendida entre os 15 e os 24 anos.

Atualmente, a categoria de jovem evidencia a sua responsabilidade de atuar como atores sociais, diretamente nos territórios dos quais são provenientes. O tema não é tão privilegiado em termos de recursos para pesquisa, visto que a juventude nunca foi um tema central, nem mesmo dentro do campo de debate sobre a questão agrária, embora essa conjuntura esteja em franca mudança (KUMMER, 2013).

De acordo com Weisheimer (2005), a juventude tem sido objeto recorrente das Ciências Sociais, que a percebe como uma construção social, cultural e histórica sobre a qual se impõem diferentes mecanismos de integração social. O significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou faixa etária. O fundamental para sua construção como categoria sociológica é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a princípios naturais. Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica, apresentando-se como um grande desafio teórico às Ciências Sociais.

Entre os fatores que explicam a continuidade do processo migratório do campo para cidade nas últimas décadas, dois pontos a serem pleiteados são considerados, primeiramente os “atrativos” da vida urbana, principalmente o trabalho remunerado e as dificuldades da vida no campo e da atividade agrícola. Este apontamento das aspirações decorre da atração da vida urbana ou de expulsão do meio rural. “Ademais, na decisão de migrar, provavelmente, os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação” (QUEIROZ *apud* BRUMER, 2012, p.2).

2.2 Os jovens do campo

As preocupações com os jovens e suas unidades familiares, no contexto rural, desabrocham várias situações quanto a sua exposição a distorções relativas às possibilidades de migrar para o meio urbano para buscar qualidade vida. “As possibilidades de inserção social dos jovens estão condicionadas aos recursos materiais e simbólicos que lhes são disponibilizados ao longo do seu processo de socialização” (WEISHEIMER, 2005, p.27).

O autor esclarece que dois aspectos são importantes quanto à resignação dos jovens, primeiramente em relação à participação nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social da juventude brasileira (WEISHEIMER, 2005).

Na mesma direção, Kummer (2013) ressalta um novo apontamento preponderante da migração dos jovens rurais, que está relacionada com a interferência estrutural do capitalismo no campo, a influência do processo de industrialização, urbanização e de tecnologias. É neste cenário que os jovens estão sujeitos a agirem em relação às decisões tomadas e a tomar.

Ainda segundo o autor, a sucessão emerge de diversos interesses e projetos de vida e das visões de mundo contrastantes entre os membros do grupo doméstico que têm dado margem à constituição de conflitos de gerações no âmbito da agricultura familiar. De maneira geral, constata-se que os principais conflitos intergeracionais se revelam no modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família; na dificuldade dos

pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos (as) filhos (as); na impossibilidade de os jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca participação dos (as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas (KUMMER, 2013).

Para Spanevello (2008), os sucessores são normalmente os filhos homens. Mesmo que saiam para outras profissões ou para serem agricultores em outro espaço, o sucessor é escolhido, mesmo que por um processo marcado por conflitos, entre não ser o destino desejado ou pela não aceitação dos demais irmãos. Por outro lado, as escolhas de mulheres como sucessoras se dá, geralmente, por serem filhas únicas.

As moças, geralmente, são “poupadas” ou “excluídas” da atividade agrícola principal, desenvolvem as atividades consideradas como “domésticas”, como tarefas de limpeza, preparo dos alimentos, cuidado das crianças, trabalhos da horta e do quintal (cuidado de pequenos animais e ordenha) e transformação artesanal de produtos alimentícios para consumo dos membros da família. “As mulheres, ao mesmo tempo em que não são reconhecidas como prováveis “chefes” da unidade produtiva, entram nesta atividade através do casamento” (BRUMER 2011, p. 2).

Esta diferenciação de gêneros nas atividades no meio rural tem sua origem na divisão do trabalho. “As questões mais importantes a serem consideradas são as demarcações sociais entre a relação de poder entre os sexos, onde ocorre a dominação masculina e a submissão feminina” (SPANVELLO, 2008, p. 46). Portanto, a mulher exerce funções não remuneradas, enquanto que os homens se dedicam em maior parte as atividades que geram renda financeira, indicando a desigualdade dos gêneros no meio rural.

Para Abramovay (1998), a gestão dos espaços rurais pelos meninos está diretamente relacionada com o êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar que atinge, hoje, as populações de jovens com muito mais ênfase que em momentos anteriores ao envelhecimento. Acopla-se, mais recentemente, um severo processo de masculinização da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este viés de gênero no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades, particularmente favoráveis, no mercado de trabalho urbano, mas à

precariedade das perspectivas, assim como o papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores.

Em consonância, Spanevello (2008) diz que o processo deriva das condições e barreiras ao estabelecimento de relacionamento e criação de novas famílias pelos futuros sucessores, o que se dá em razão da falta de parceiros no meio rural e das poucas chances de vinda de moças do meio urbano, tendo em vista a não atração pelo meio rural.

Nessa mesma percepção, Kummer (2013) interpreta que a tendência de crise de sucessão e da reprodução do espaço rural está permeada pelo fato de existirem jovens permanecendo no meio rural, atrelada à perspectiva de que a permanência envolve a constatação de uma situação concreta, diferenciando-se da noção de fixação dos jovens ao meio rural.

Menezes (2009) considera que o interesse da sociedade urbana é o de que o homem do campo continue em seu espaço rural de origem, reduzindo a migração campo-cidade e descongestionando os grandes centros urbanos. Sendo assim, o desafio passa a ser a busca de soluções para a melhoria das condições da agricultura, agora envolvendo garantia de emprego e renda para os trabalhadores urbanos e rurais.

Em contrapartida, Wanderley (2007) defende que a valorização da vida no campo se estabelece apartir dele e está relacionada, principalmente, pelas relações de amizade, pela solidariedade e pela tranquilidade. “Os resultados manifestos de permanência se relacionam a vínculos pessoais com o lugar; a qualidade de vida local; e a qualidade das relações sociais” (2007, p.27).

A permanência de jovens no meio rural, para Brumer, está associada:

“às condições culturais de exercício da atividade agrícola, também ligadas a estratégias de reprodução na agricultura familiar, particularmente a estratégias sucessórias. A valorização social e adesão à identidade de agricultor podem variar segundo os contextos sociais. Assim, a agricultura pode estar ligada tanto a estratégias de permanência e adesão à identidade de “agricultor” como de estratégias de mobilidade social, implicando por parte dos pais num investimento na aquisição de diplomas superiores para seus filhos, para que estes abandonem a atividade agrícola.” (BRUMER 2011, p. 5).

Por outro lado, Stropassolas (2002) lembra que a vida local, entendida como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local, não pode supor o fim do rural. Neste sentido, é importante precisar que o desenvolvimento local

será tanto mais abrangente e eficaz quanto mais capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais para o desenvolvimento, presentes no meio rural local, isto é, o próprio desenvolvimento rural.

Kummer (2013) parafraseia os demais autores quanto ao fato de que a valorização da tranquilidade rural encontra-se no sossego (visão muito influenciada pela veiculação das notícias de violência manifestada nas cidades), no contato com a natureza, nos laços de afetividade com o lugar, isto é, “viver onde nasceu e foi criado”.

Dessa forma, Abramovay (1998) ressalta que as políticas de desenvolvimento rural voltadas para a juventude não podem limitar-se à agricultura, pois os jovens serão cada vez mais pluriativos, quanto mais os jovens estiverem preparados para essas novas atividades, entre as quais se destacam as voltadas à valorização da própria biodiversidade existente no meio rural, maiores suas chances de realização pessoal e profissional.

O processo de socialização destes jovens aponta a valorização importante para os filhos, pelo reconhecimento da família tendo autonomia para inserir inovação na propriedade, favorecendo a permanência dos filhos na agricultura (SPAVANELLO, 2008).

2.3 A conjuntura das Políticas Públicas para jovens

Quanto ao histórico de implantação de políticas públicas destinadas aos jovens a permanecerem vivendo no meio rural, e que possibilitem o acesso a serviços de saúde e educação de boa qualidade, ao lazer, há um exíguo número delas. Essa realidade tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural, Carvalho, Santos, Júnior, Ferrer *apud*. Silva (2009) corroboram esse pensamento afirmando que:

A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição da renda aumenta, ainda mais essa tendência dos jovens em deixarem o campo, que muitas vezes são incentivados até pelos próprios pais por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos (CARVALHO et al. *apud*. SILVA, 2009, p.5).

Segundo Stropasolas (2002), existe uma valorização, pelos filhos de agricultores familiares, das instituições e manifestações culturais das comunidades rurais, sendo de grande importância no processo de socialização desses jovens, e estas devem ser valorizadas e envolvidas nas iniciativas e projetos implementados pelas entidades governamentais ou mesmo pelas organizações não-governamentais nessas comunidades.

Para isso, os diversos programas deveriam apoiar a instalação de equipamentos e serviços sociais e comunitários, visando à dinamização da vida social rural.

A atuação do poder público que trata o jovem como uma categoria que permite definições genéricas, associada a problemas e expectativas, permite-a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a auto-percepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”. Há muito a ser percorrido neste campo investigativo para a aproximação das muitas juventudes “urbanas” e “rurais” (CASTRO, 2005, p.30).

Ainda, Spanevello (2008) argumenta que as entidades com abrangências microrregionais são consideradas peças importantes no desenvolvimento rural da região, pois trabalham na perspectiva da sustentabilidade econômica do agricultor, expressa através da contabilidade dos gastos agrícolas e o uso da assistência técnica de acordo, com a necessidade.

Nesse sentido, Weisheimer (2005) enfatiza a importância dos trabalhos científicos e parceria com organizações do terceiro setor para que os trabalhos possam, de alguma maneira, auxiliar na formulação de ações estratégicas, seja no âmbito do Estado ou no da sociedade civil, dentre os quais os movimentos sociais e de jovens agricultores, possibilitem a materialização de políticas públicas que tenham nos jovens os protagonistas de novas dinâmicas no processo de desenvolvimento rural e agrário ambientalmente sustentável e socialmente justo”.

Portanto, a importância do trabalho, reside no fato de auxiliar o poder público, a sociedade, os movimentos sociais, entre outros e, principalmente, os jovens no que diz respeito a sua realidade, as suas escolhas futuras e seu impacto na comunidade.

3 Metodologia

Os procedimentos metodológicos usados para nortear a pesquisa partiram de meios utilizados para coleta de dados e dos procedimentos de análise de dados. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, este estudo se apresenta como um levantamento de dados dos jovens rurais do município de São Vicente do Sul. A natureza da pesquisa configura-se como uma investigação aplicada, contendo dados primários da pesquisa. Do ponto de vista da abordagem do problema de pesquisa, trata-se de uma análise de natureza quali-

quantitativa. Quanto ao seu objetivo, se caracteriza como descritiva, pois buscou apresentar o perfil dos jovens rurais.

O universo da pesquisa compreende jovens que residem no meio rural do município de São Vicente do Sul. Para isso, foram selecionados jovens com faixa etária de 18 a 27 anos de idade, classificados por critérios de acessibilidade considerados pela EMATER.

Para tanto, foi utilizado como procedimento de coleta de dados, a aplicação de questionários semiestruturados contendo 47 perguntas abertas e fechadas, referentes ao contexto da unidade familiar, elaborados pela EMATER, Universidade Federal de Santa Maria, Instituto Federal Farroupilha e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e aplicados através da ferramenta *Google Drive Forms* aos jovens. Os jovens foram orientados por meio de uma reunião sobre como deveriam acessar e preencher o questionário, os pesquisadores mantinham contato com os jovens por meio de um grupo no *whatsapp* criado para facilitar a comunicação.

4 Caracterização do local da Pesquisa

O município de São Vicente do Sul está localizado na região central do estado do Estado do Rio Grande do Sul, na microrregião de Santa Maria, a uma distância de 354,50 km da capital Porto Alegre. O município, segundo dados do Censo demográfico de 2010, possui 8802 habitantes, com uma densidade demográfica de 7,2 habitantes por Km², numa área territorial de 1175,2 Km². De acordo com o PIB, o setor agropecuário representa a maior atividade econômica do município, com 47,21% da renda do município (IBGE, 2016).

O município é conhecido como a Terra Doce do centro Oeste pela produção de embutidos derivados da batata doce com uma área plantada de 40 hectares, gerando cerca de R\$ 1.032,00 por hectare.

5 Análise dos Resultados

Considerando a amostra coletada, verificou-se que na localidade de Loreto vivem quatro jovens, Timbaúva e Salsinho vivem dois, nas localidades de Rincão dos Rumpel, Passo do França, Rincão dos Flores, São Rafael, Banhado, reside um jovem em cada comunidade. A faixa etária dos entrevistados está entre 18 e 27anos de idade, sendo que



destes, 53,3% são do sexo masculino e 46,7% são do sexo feminino. Todos residem junto com suas famílias, onde reside uma média de três pessoas que compõem o grupo familiar.

De acordo com a Tabela 01, percebe-se que 10 pessoas das famílias entrevistadas possuem Ensino Fundamental Incompleto e apenas uma mulher e três homens têm o Ensino Superior Completo.

Tabela 01: Escolaridade e Sexo

Escolaridade	Fundamental Completo		Fundamental Incompleto		Médio Completo		Médio Incompleto		Superior Completo		Superior Incompleto	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Sexo												
Família 1					1	1	1					1
Família 2		1			1							
Família 3	1						1		1	1		
Família 4		1			1	1	1					
Família 5		1				1						
Família 6	1				1					1		
Família 7			1	2	1							
Família 8			1	3								
Família 9				1	1					1		
Família 10			1	1		1						
Família 11							3	1				
Família 12		1	1	1				1				
Família 13			1	1				1				
Família 14			1	1				1				
Total	2	3	6	10	6	4	6	4	1	3	0	1

Fonte: Elaborado pelas autoras

Já, em relação à idade dos membros que compõem o grupo familiar, conforme Tabela 02, a média da idade dos pais é de 39 anos e das mães é de 52 anos. Quanto aos jovens estudados, observou-se uma média de 20 anos de idade.

Tabela 02: Idade dos membros da família

Família	Membro 1 (pai-mãe)		Membro 3 (irmão/irmã)		Membro 4 (esposo/a)		Membro 5 (filho/filha)	
	F idade	M idade	F idade	M idade	F idade	M idade	F idade	M idade
Família 1	42	43	12		18			
Família 2					21	19		
Família 3	40	39			4	18		
Família 4	52	60	16	24				
Família 5		56		24				
Família 6		56	19	27				
Família 7	59	60	24	37				
Família 8					25	36	9	15



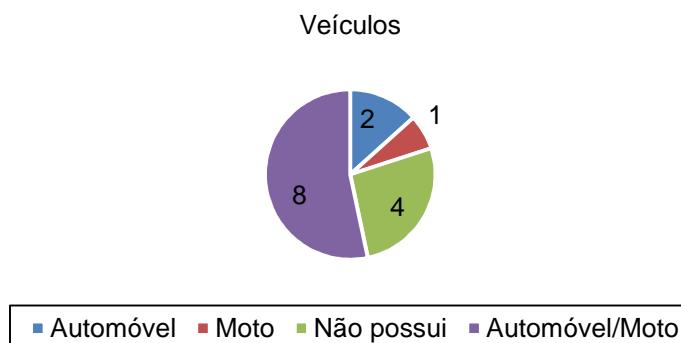
03 m

Família 9	40	42	18					
Família 10	36		20	3	18			
Família 11	38	63		18	18			
Família 12	38	63		18	18			
Família 13	48	42	18	15				
Total	39	52	18	20	15	24	9	7

Fonte: Elaborado pelas autoras

No que tange aos veículos que os jovens e suas famílias possuem, podem ser expressos no Gráfico 01.

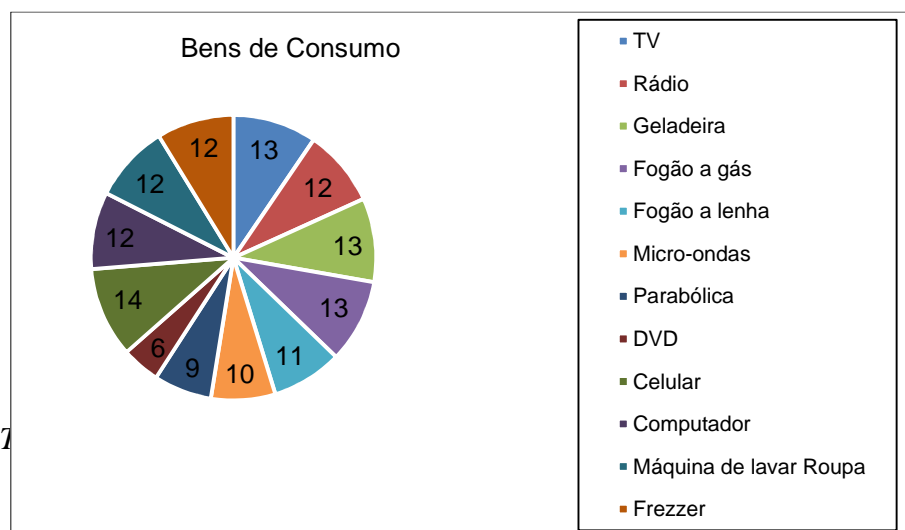
Gráfico 01: Veículos que as famílias possuem



Fonte: Elaborado pelas autoras

Já em relação aos bens de consumo que as famílias possuem em suas residências, está exposto no Gráfico 02.

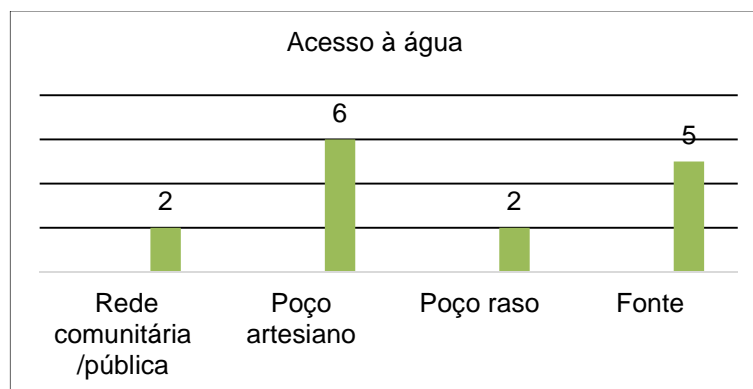
Gráfico 02: Bens de consumo das famílias



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação à água para o consumo humano, disponível na propriedade, todos avaliaram ser suficiente e usarem caixa de d'água, porém 80% destes não utilizam nenhum tipo de tratamento e, somente, 20% trata com coloração/filtragem/fervura. No gráfico 03 observa-se a forma de acesso à água potável.

Gráfico 03: Acesso à água



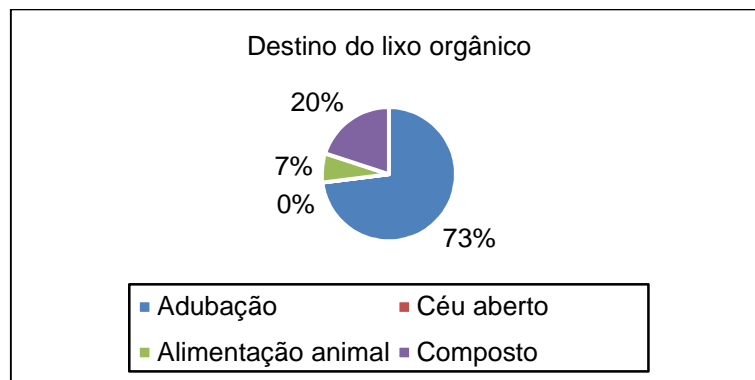
Fonte: Elaborado pelas autoras

No que dizem respeito ao esgoto doméstico, 73% destina ao poço negro, 20% para a fossa séptica com sumidouro e 7% a céu aberto. Em relação à água servida, ou seja, usada para a lavagem de automóveis, derivadas dos vasos sanitários, chuveiros e máquinas de lavar roupas, 47% destinam ao poço negro, 33% lançam a céu aberto e 20% à fossa séptica com sumidouro.

Quando questionados se desenvolvem alguma ação de conservação das nascentes ou fontes de água da propriedade, 40% diz não desenvolver nenhuma intervenção, 33% diz proteger a fonte, 20% usa o cerceamento em contorno e apenas 7% refloresta esta área com mata nativa.

Segundo o Gráfico 04, pode-se identificar, com expressividade, que o lixo orgânico produzido na propriedade serve para a adubação. Entretanto, do lixo considerado inorgânico produzido na propriedade, 53% é queimado, 20% usado para o reaproveitamento e, também, 20% enviado para a reciclagem nos postos de coleta.

Gráfico 04: Destino do lixo orgânico



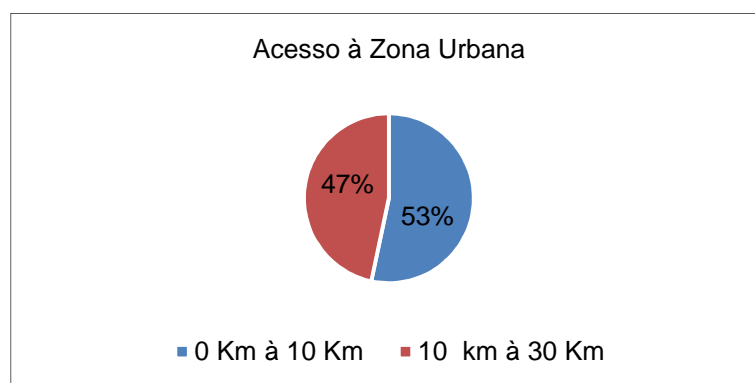
Fonte: Elaborado pelas autoras

Acerca do destino final das embalagens de agrotóxico, 20% reutilizam, 20% queima, 53% devolve para os postos de recebimento e 7% dão outro destino aos utensílios.

No tocante à energia elétrica, 13% utiliza a potência trifásica e 87% a monofásica, quando são questionados quanto à qualidade do serviço, 33% diz que apresenta queda frente e 67% diz que o sistema é bom.

O acesso à cidade, para 53% diz ser bom, 27% avaliou como ruim e 20% como regular, feito de transporte coletivo por 60% e 40 % se locomove de transporte próprio. No Gráfico 05 percebe-se que a faixa mais concentrada está na soma dos intervalos entre 0 a 10 Km.

Gráfico 05. Acesso à Zona urbana

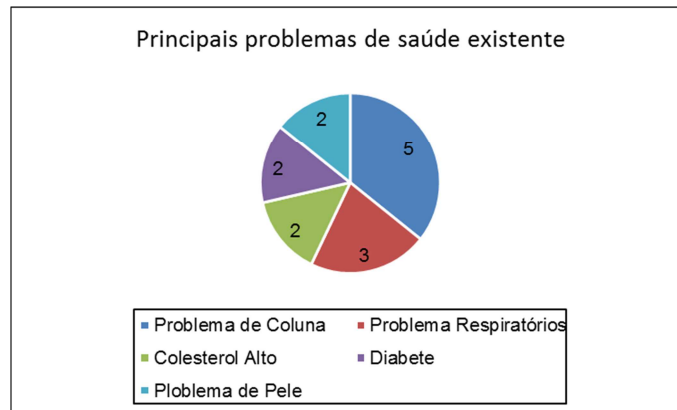


Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação às doenças existentes na família, a hipertensão, tendinite, intoxicação por agrotóxico, obesidade, osteoporose, problema de visão, pressão alta, artrite e problemas cardíacos são as mais recorrentes. As doenças mais citadas pelos entrevistados estão expostas no gráfico 06.



Gráfico 06. Principais problemas de saúde existentes

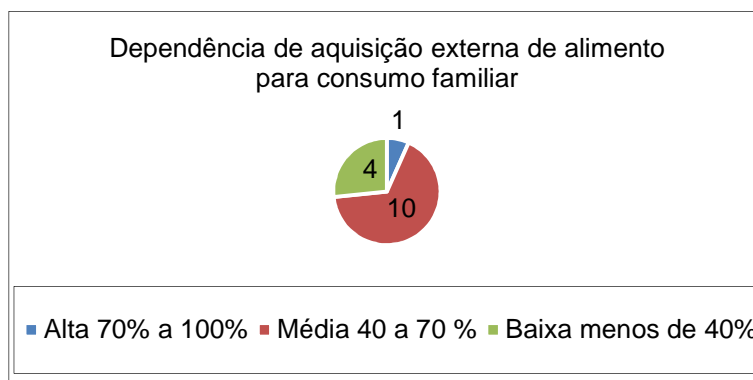


Fonte. Elaborado pelas autoras

Quanto à produção para autoconsumo, pode ser interpretada com alguns indicadores em relação aos alimentos das unidades familiares. Em comum nas propriedades, apenas 7% dos jovens classificam não ter horta doméstica em sua residência e a maior parte dos entrevistados, 93%, alegaram produzir alimentos na horta como moranguinhos, alface, tomate, repolho, beterraba, couve, vagem, brócolis, couve-flor, cenoura, mandioca, batata-doce, cebola, feijão e temperos, porém, somente 13% destes têm a pretensão de vender o excedente da produção. Já em relação ao pomar, 13% dos jovens e suas respectivas famílias relataram não ter nenhum tipo de frutífera na propriedade e 87% disseram ter, destes, cerca de 27% vende o excedente que produz de laranja, bergamota, nozes, pêssigo, ameixa, banana, pera e figo. Sobre o relato de ter cultivo de plantas medicinais em casa, 13% disse não haver e 87% revelaram ter babosa, camomila, carqueja, capim cidró, guaco, hortelã, marcela, malva, transagem e plantas condimentares e as utilizarem para uso interno e externo preparando chás e pomadas.

Em relação à aquisição de alimentos, como mostra o Gráfico 07, 67% disseram ter uma dependência média de produtos industrializados, 27% acha que compra menos de 40% e 7% diz ter de comprar mais de 70% dos alimentos externamente para o consumo familiar. Os componentes do grupo familiar gastam, em média, na aquisição de alimentos, mensalmente, aproximadamente R\$ 414,00.

Gráfico 07. Dependência de aquisição externa de alimento para consumo familiar



Fonte. Elaborado pelas autoras

No campo das políticas públicas, segundo a Tabela 03, percebe-se que 40% dos jovens têm acesso ao crédito agrícola para financiar seus empreendimentos, sendo um fator socioeconômico limitante para a permanência na propriedade rural e demonstra a necessidade da priorização de políticas públicas e crédito.

Tabela 03. Acesso a políticas públicas e direitos sociais

Variável	Número de jovens	%
Crédito agrícola	6	40%
PRONATEC	4	27%
Outros	4	27%
Aposentadoria	2	13%
Bolsa família	2	13%
Luz para todos	1	7%
PNAE	1	7%
SEAF	1	7%
Auxílio doença	1	7%
Taxa básica luz	1	7%

Fonte. Elaborado pelas autoras

Através das entrevistas, quando perguntados sobre as entidades das quais eles faziam parte, observou-se que a maioria das famílias participa da comunidade e da igreja local onde se encontram as famílias e são realizadas festividades, de forma coletiva e mútua em diversos interesses da sua comunidade. Em seguida, aparecem outras instituições como a associação e cooperativa. As demais instituições ou organizações têm pouca participação das famílias, conforme pode se constatar pelo gráfico 08.

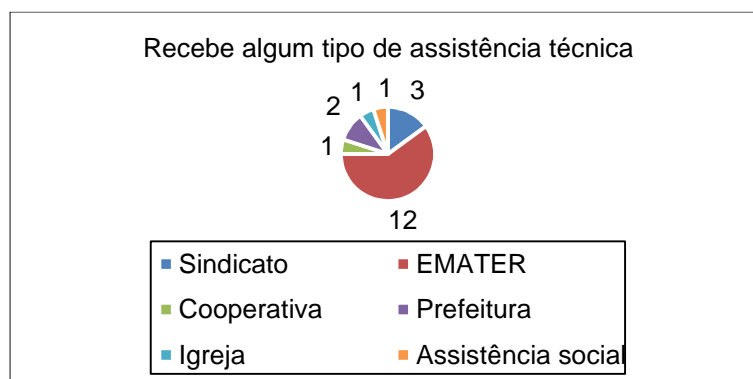
Gráfico 08. Organização social em que participa



Fonte: Elaborado pelas autoras

Outro dado importante que se observou, exposto no gráfico 09, foi que a assistência técnica prestada pela EMATER representa 80% das entidades que prestam serviço de qualquer natureza ao público pesquisado.

Gráfico 09. Organização social em que participa



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação aos desejos de grande parte dos integrantes da família, conforme Tabela 04, é importante destacar, em primeiro lugar, o anseio de aumentar a renda, em segundo lugar, ter mais acesso a lazer e cultura e, em terceiro lugar, desejam permanecer no meio rural.



Tabela 04. Aspirações dos membros da família

Variável	Número de jovens	%
Aumentar a renda	10	67%
Ter mais acesso a lazer e cultura	9	60%
Permanecer no meio rural	8	53%
Recuperação do solo	8	53%
Construção e melhoria da habitação	8	53%
Aumentar a produção	7	47%
Aumentar a produtividade	7	47%
Melhoria nas estradas	7	47%
Investimento em bens	7	47%
Comprar terra	6	40%
Trabalhar com horticultura	6	40%
Melhorar sistema de água	6	40%
Construir açudes	6	40%
Trabalhar com fruticultura	5	33%
Que o filho permaneça na propriedade	5	33%
Ter mis assistência técnica e social	5	33%
Investimento em bens para casa	5	33%
Trabalhar com piscicultura	4	27%
Trabalhar com apicultura	4	27%
Beneficiar e industrializar a produção	4	27%
Reduzir a penosidade do trabalho	4	27%
Melhoria na saúde	4	27%
Casar	4	27%
Estudo para os filhos	4	27%
Aumentar a área plantada na propriedade	3	20%
Produzir em base ecológica	3	20%
Trabalhar com avicultura	3	20%
Ações sócio assistenciais	3	20%
Aposentadoria	3	20%
Trabalhar com produção de leite	2	13%
Ir para a cidade	2	13%
Montar estrutura para irrigação	2	13%
Legalização das terras	1	7%
Trabalhar com suinocultura	1	7%
Construção de banheiros	1	7%
Empregos não rurais	1	7%

Fonte. Elaborado pelas autoras

5 Considerações Finais

O estudo teve por objetivo analisar o contexto social, econômico e cultural da juventude rural do município de São Vicente do Sul, construindo um diagnóstico dos jovens. A pesquisa permitiu elucidar tal realidade, mostrando que quanto a escolaridade, a maioria das famílias possui Ensino Fundamental Incompleto, onde a média da idade dos pais é de 39 anos e das mães é de 52 anos. As famílias possuem como meios de locomoção automóveis e motos em sua maioria, tendo os eletrodomésticos comuns a maioria das famílias geladeira, freezer, televisão, fogão, parabólica, máquina de lavar roupas, rádio e computador. O que demonstra que há o acesso aos recursos para o conforto mínimo das famílias e acesso a informação. Outro elemento que chama atenção das famílias dos jovens de São Vicente do sul é em relação à água potável, onde a maioria possui poço artesiano e 80% não utilizam nenhum tipo de tratamento e, somente, 20% trata com coloração/filtragem/fervura.

Por outro lado observou-se que as questões de cuidados ambientais são bastante precárias uma vez que o esgoto doméstico vai para o poço negro e 40% deles não se preocupa com a conservação das nascentes e ainda há uma maioria que utiliza a prática de queimar o lixo doméstico. O mais preocupante é quanto as embalagens de agrotóxicos onde 20% reutilizam, 20% queima, 53% devolve para os postos de recebimento. O que implica nas condições de saúde, pois as famílias apresentam como problemas mais recorrentes, hipertensão, tendinite, intoxicação por agrotóxico, obesidade, osteoporose, problema de visão, pressão alta, artrite e problemas cardíacos, além dos problemas de dores na coluna.

Quanto à produção para autoconsumo a maioria possui pomar e produz alimentos na horta, porém, não há preocupação de vender o excedente da produção. Por outro lado, em relação à aquisição de alimentos, há uma dependência média de produtos industrializados. A participação comunitária foi um ponto interessante, pois a maioria das famílias participa da comunidade e da igreja local, contudo a participação no sindicato e nas cooperativas foi menor.

As entrevistas revelaram, ainda, os anseios e desejos dos integrantes da família, onde o aumento da renda surge como o tema mais desejado, assim como o acesso ao lazer e cultura, além do desejo de permanecerem no meio rural.



Nesse sentido, a proposta da investigação tornou-se apreciável para que o comitê gestor pautasse as diversas questões elencadas durante o diagnóstico da situação dos jovens no município e, posteriormente, viessem a ser desenvolvidas e previstas para os próximos períodos no âmbito municipal e com as entidades representativas na construção de políticas públicas e suprir as demandas dos jovens.

O diagnóstico proposto, além de contribuir como uma atividade de extensão da instituição de ensino é visto como um aprendizado técnico, profissional e humano, diferente das atividades que os estudantes desenvolvem na academia, pois envolve os alunos com o meio externos, com questões demandadas da comunidade e muitas vezes pelas necessidades em descobrir realidades distintas, possibilitando ao aluno o conhecimento empírico, preocupação e dever de contribuir com as demandas da comunidade que está fora dos muros acadêmicos.

A sistematização deste trabalho permitiu ao Comitê Local elucidar diversas questões correntes relatadas e identificadas pelos jovens, a fim de possibilitar estratégias para o desenvolvimento e continuidade das atividades familiares. Conclui-se, então, que a importância da estrutura do meio rural para o desenvolvimento das unidades familiares está relacionada a um forte motivo para que haja a permanência dos jovens em suas comunidades nas atividades desenvolvidas pela família. O contexto socioeconômico também foi evidenciado pelos jovens como importante. Todos pretendem aumentar a renda da propriedade, sendo que a maneira mais recorrente às políticas pública é o crédito rural.

Observa-se, também, que é necessário o comprometimento de todas as entidades locais na busca de melhorias para os jovens, com ênfase nas temáticas sociais, de desenvolvimento e sucessão familiar. Assim, a participação dos jovens em sua comunidade deve possibilitar o acesso como atores sociais ativos e comprometidos na conquista de melhorias nas condições de vida, tanto dos indivíduos como das famílias. Ademais, a importância de potencializar o desenvolvimento dos jovens gera contribuição para que os mesmos possam alcançar melhores condições de vida e sua permanência no campo.

Referência

- ABRAMOVAY, R. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. UNESCO 1998, p. 13-14.
- BRUMER, A. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. 2011 p. 2
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2005.
- KUMMER, R. **Juventude Rural No Brasil: Entre Ficar E Partir**. Vol 20. 2013
- MENEZES, I. G. **Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do Urbano no imaginário de jovens rurais**. Revista Eletrônica de Educação, v. 3, n. 1, mai. 2009. Artigos. ISSN 1982-7199.
- ROCHA, M. C. **Juventude: apostando no presente**. Revista periódica eletrônicos em psicologia. Vol.12. São Paulo. 2006.
- SPANEVELL O, R.M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 223f. Tese (Doutor em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural, UFRG S, Rio Grande do Sul.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Omundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p 71.
- _____. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar**. 2011.
- _____. **“O MUNDO RURAL NO HORIZONTE DOS JOVENS: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC”**. Tese liversidade Federal de Santa Catarina intro de Filosofia e Ciências Humanas pograma de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado. 2002.
- ZAGO, N. BORDIGNON, C. **Juventude Rural No Contexto Da Agricultura Familiar: Migração E Investimento Nos Estudos**. 2012. XI AMPAD SUL.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**– Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- _____. **Socialização e projetos de jovens agricultores familiares**. In: CARNEIRO, Maria José & CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/a-emater/missao-visao.php#.WCIPL9IrK2w> acessado em 08 novembro de 2016;
- Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>, acessado em 10 de novembro de 2016;
- Disponível em <http://saovicentodosul.rs.gov.br/beta/v1/mapa.php>, acessado e 30 de novembro de 2016;



Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Jaguari> em <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Jaguari> , acessado em 30 de novembro de 2016;

Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-vicente-do-sul_rs, acessado em 30 de novembro de 2016.

Disponível em <http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/> , acessado em 10 de novembro de 2016.